

A ASSEMBLEIA GERAL COMO ESPAÇO DE GOVERNANÇA E ARTICULAÇÃO CULTURAL: O CASO DO CIRCUITO TURÍSTICO CAMINHOS DA MANTIQUEIRA (CTCM)

Claraelisa Martins Mariano – profclaraelisamartins@gmail.com

Carlos Alberto Máximo Pimenta – carlospimenta@unifei.edu.br

Lígia Maria de Mendonça Chaves Incrocci – ligia.incrocci@gmail.com

Palavras-chave: Turismo, Desenvolvimento Local, Governança, Circuitos Turísticos

1. INTRODUÇÃO

Durante muitas décadas, o turismo no Brasil esteve atrelado aos grandes centros urbanos. Ou seja, a dinâmica do país se concentrava nas zonas urbanas. A partir de 1980, começam a surgir os primeiros passos do que hoje conhecemos como Turismo Rural (TR) em solos brasileiros, um conceito que já vinha sendo empregado e desenvolvido em países europeus e norte-americanos (Henz, 2018).

O espaço rural ganha um novo olhar a partir dessa perspectiva, deixando de estar restrito e relacionado apenas à função de produção de alimentos. O Turismo Rural surge com a premissa de uma exploração ampla na zona rural, que passa a considerar suas características, tradições, paisagens e possibilidades de geração de renda para seus habitantes.

Segundo as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, o mesmo pode ser definido como “[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (Brasil, 2003, p.11).

Próximo à Serra da Mantiqueira, surge no ano de 2001 uma instância governamental denominada Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira (CTCM). Originalmente chamado Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas, fizeram parte da sua fundação 13 municípios. Atualmente o circuito conta com dezenove

municípios associados, sendo eles: Brazópolis, Conceição das Pedras, Cristina, Delfim Moreira, Espírito Santo do Dourado, Heliódora, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São José do Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Silvianópolis e Wenceslau Braz.

Os municípios do CTCM estão unidos por afinidades culturais, sociais, ambientais e econômicas. Segundo o site oficial do circuito, um de seus objetivos é fortalecer a economia local, preservar e destacar a rica herança cultural e natural de nossa região¹.

Nesse contexto, o CTCM atua enquanto instância formal de governança regional, buscando coordenar o desenvolvimento local em sua área de abrangência. Desta forma, o presente estudo concentra-se em analisar a Assembleia Geral (AG) do CTCM, conforme estabelecido em seu estatuto, como o principal espaço de articulação e deliberação que tangibiliza a agenda de desenvolvimento local. O objetivo geral deste texto é compreender como as dinâmicas formais (regimento) e empíricas (reuniões e amostras culturais) da Assembleia Geral refletem e impulsionam os pilares do desenvolvimento.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

O presente trabalho está estruturado na interface entre Desenvolvimento Local (DL) e Turismo Rural (TR). O DL é concebido como um processo que está para além de mero crescimento econômico (aumento do Produto Interno Bruto – PIB), abrangendo a melhoria da qualidade de vida e a capacidade dos atores locais de ativarem o potencial endógeno do seu território. Essa abordagem é multidimensional, integrando os pilares social, cultural e ambiental para a construção de um desenvolvimento genuinamente sustentável (Oliveira & Pimenta, 2019). “Ao se tratar de desenvolvimento local, identifica-se neste o paradigma de

¹ Informação disponível em: <<https://caminhosdamantiqueira.tur.br/sobre-nos/>>. Acesso em: outubro, 2025.

desenvolvimento endógeno, porém este não se aplica a uma escala geográfica determinada, e sim a um território socialmente construído [...]” (Da Luz, 2020, p.75).

A formação de Circuitos Turísticos é um mecanismo de planejamento e gestão regional que articula as potencialidades de diferentes municípios. Segundo Emmendoerfer (2008, p. 228):

Dessa forma, por meio da estrutura organizacional apresentada, os circuitos turísticos caracterizam-se como a atual política pública de turismo do estado de MG, a fim de aumentar a permanência e o fluxo de visitantes nas regiões, mas, principalmente, promover a descentralização e a regionalização das ações, encurtando as distâncias criadas pelo estado e pelos municípios de cada região. Essas são as principais expectativas de contribuição da política dos circuitos turísticos.

A formação de Circuitos Turísticos é, portanto, a materialização de uma estratégia de Governança Territorial. Tais circuitos exigem que os atores locais estabeleçam instâncias formais, como a Assembleia Geral, para coordenar interesses e tomar decisões. É neste órgão deliberativo que a agenda teórica de desenvolvimento local se transforma em prática institucional, justificando a análise aprofundada de sua estrutura e dinâmica.

2.2 Metodologia

A presente pesquisa se estrutura como um Estudo de Caso, centrado no Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira. A metodologia partiu de uma pesquisa documental, a exemplo do estatuto do Circuito e as atas das assembleias deliberativas - que acontecem ao final de cada mês. Concomitantemente, foi realizada observação não-participante durante as referidas assembleias. E, com o acompanhamento das mesmas, os pesquisadores puderam complementar a análise da infraestrutura, o perfil dos visitantes e as dinâmicas de uso do espaço.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da estrutura formal do Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira (CTCM), conforme seu estatuto, revela um sistema de governança territorial, centrado na Assembleia Geral (AG). Este órgão não é apenas consultivo, mas é

definido como o elemento deliberativo e soberano da entidade, sendo composto pelos prefeitos dos municípios associados ou seus representantes credenciados. A força dessa governança reside na sua rotina de encontros. As disposições estatutárias definem que a Assembleia Geral se reúne ordinariamente em datas específicas ao longo do ano, com funções claramente estabelecidas (Art. 16, §1º).

As reuniões são realizadas rotativamente nos municípios associados, uma prática que tende a reforçar o compromisso intermunicipal e a descentralização da gestão do Circuito. Essa rotatividade garante que o corpo deliberativo (os Prefeitos ou seus representantes) vivencie as realidades e necessidades específicas de cada localidade, transformando a AG em um espaço de integração territorial, e não apenas administrativo.

O encontro observado no Município de Piranguinho - MG destacou essa dimensão sociocultural. A recepção aos associados incluiu apresentações culturais e uma demonstração do processo de produção do famoso pé de moleque local. Tal ação transcende o aspecto meramente administrativo da reunião, transformando o evento em uma autêntica amostra cultural.

No plano formal, a observação comprovou o rigor estatutário: a grande participação dos associados, com a presença de Prefeitos ou Agentes de Desenvolvimento Local (ADLs) credenciados (Art. 7º, §2º), demonstra a clara prioridade institucional dada ao Circuito. Além disso, a dinâmica do ambiente de discussão é pautada pelo consenso (Art. 15, §2º), o que evidencia uma maturidade na governança para articular, cooperar e negociar interesses distintos, elementos essenciais para que o CTCM se consolide como uma efetiva Instância de Governança Regional (Art. 5º) e promotor da agenda de desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a Assembleia Geral (AG) do Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira (CTCM) como o principal espaço de governança e articulação, visando compreender como suas dinâmicas formal e empírica impulsionam a agenda de desenvolvimento local. A pesquisa comprovou que a



eficácia do CTCM reside na formalização de sua Governança Territorial, evidenciada pela periodicidade e pelas regras claras de deliberação da AG.

O achado central demonstra que a AG transcende sua função administrativa de homologar contas e planos. Ao adotar o sistema de rotatividade de reuniões entre os municípios, como observado em Piranguinho (MG), o Circuito consegue integrar o pilar cultural e social ao seu planejamento. A inclusão de amostras culturais, como a demonstração do pé de moleque, transforma o encontro formal em um evento de valorização do patrimônio local, ligando diretamente a capacidade de articulação política (o consenso entre prefeitos) à promoção do potencial endógeno do território.

REFERÊNCIAS

DA LUZ, Coaracy Eleutério. A potencialidade turística como perspectiva de desenvolvimento local: algumas possibilidades no Norte Pioneiro Paranaense¹ Tourism potential as a local development perspective: some possibilities in the Northern Pioneer of Paraná. **Revista de Geografia**, v. 10, n. 19, p. 66-86.

EMMENDOERFER, Luana. A política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 221–240, 2008. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v19i2p221-240. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/14151..> Acesso em: 20 out. 2025.

HENZ, Aline Patricia. **Desenvolvimento rural sustentável e turismo rural no Brasil: uma relação de interdependência**. Ateliê do Turismo, v. 2, n. 1, p. 100-118, 2018.

OLIVEIRA, Silas Dorival de; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Desenvolvimento Local: perspectivas socioculturais e históricas sobre uma cidade do Sul de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 79–93, 2019. DOI: 10.21527/2237-6453.2019.49.79-93. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/7479>. Acesso em: 18 out. 2025.